

A ORTODOXIA POSTA EM QUESTÃO: A POLÍTICA ECONÔMICA E A PERCEPÇÃO GOVERNAMENTAL DA CRISE DOS ANOS 30 NO BRASIL*

*Pedro Cezar Dutra Fonseca***

Não é comum aos economistas voltados à vulgarmente chamada História Econômica o exame das intensões e das justificativas governamentais que acompanham e têm existência histórica junto com as medidas de política econômica implementadas. Seja por tradição, seja por postura metodológica consciente, os estudos centram-se nas decisões efetivamente tomadas, no seu impacto sobre as demais variáveis e na coerência lógica porventura existente entre elas.

Embora sem negligenciar esses estudos, parte que são do entendimento histórico, nossa preocupação ao estudarmos a política econômica do Governo brasileiro no período entre 1930 e 1937 é outra. Em primeiro lugar, porque temos a preocupação explícita de captar o **sentido** das decisões tomadas pelo Governo. Considerando-se que, em largos traços, a história brasileira deste século é a história da formação e da consolidação do capitalismo no País e que o Estado desempenhou papel relevante nesse processo, nada mais lícito que buscar no estudo da política econômica suas justificativas, sempre comparando as intenções dos homens do Governo com seus resultados. Em segundo lugar, ao tratarmos desse período, nossa preocupação é redobrada, pois entendemos que os anos 30 constituem um verdadeiro ponto de inflexão da revolução burguesa brasileira — expressão esta última consagrada por Florestan Fernandes ao analisar o processo de consolidação e efetivação do capitalismo e do poder burguês no Brasil (Fernandes, 1981).

* Este artigo faz parte de trabalho mais amplo sobre o pensamento econômico e político de Getúlio Vargas, abrangendo desde a República Velha até seu segundo governo (1954), o qual vem sendo elaborado como tese de doutoramento a ser defendida no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP). Agradeço a Iraci del Nero da Costa que, na qualidade de orientador, teceu comentários e críticas valiosas, as quais, naturalmente, o eximem de quaisquer falhas que sejam encontradas.

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao estudar as políticas monetária, cambial e fiscal do período, geralmente com olhos voltados para o café, os analistas têm geralmente oscilado entre duas posições polares. Para uns, o Governo era modernizador e não ortodoxo em matéria de política econômica; para outros, conservador e adepto das teorias clássicas do “laisse-faire”. Esta última concepção evidentemente entra em choque com o sentido histórico a que nos referimos anteriormente; a primeira, supõe um nível de consciência que, no mínimo, merece ser estudado e qualificado com maior precaução. Daí recorrermos, ao acompanhar a política econômica do período, às declarações de seus coevos — principalmente Vargas, já que detentor do poder em última instância no País e principal porta-voz, por assim dizer, da ideologia oficial.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira trata da percepção de Vargas da crise com que se defrontava a economia brasileira, suas raízes e as medidas tomadas na área específica da política cafeeira. A segunda parte faz um balanço das diversas interpretações acerca das políticas monetária, cambial e fiscal da época, tendo a pretensão de romper com a polarização antes assinalada.

1 — A percepção da crise internacional e o café

Quando Vargas tomou posse como Chefe do Governo Provisório, a 3 de novembro de 1930, o Brasil há mais de um ano já se encontrava mergulhado em profunda crise econômica. O café, nosso principal produto de exportação, responsável por, pelo menos, 70% do valor de nossa pauta, ao final da década de 20, mesmo antes da deflagração da crise internacional, passava por problemas: já entre 1927 e 1929, as exportações conseguiram absorver apenas dois terços das quantidades produzidas (Furtado, 1977, p. 181). A política governamental de manutenção de preço, ao longo dos anos 20, seria de estímulo ao aumento da produção, enquanto no mesmo período as quantidades exportadas se mantinham constantes. Como afirma Furtado:

“A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações”.

Somou-se a isso a excepcional condição climática que ocasionou a existência de duas safras recordes, num total de quatro safras abundantes, constituindo-se em “fenômeno sem paralelo” (Furtado, 1977, p. 181 e Villela & Suzigan, 1973, p. 196).

Diante da situação, o novo Governo viu-se na contingência de adotar medidas para amenizar os efeitos da crise e impedir que ela se aprofundasse. Definiu-se, desde logo, a opção de não recorrer a empréstimos externos para o financiamento do produto, como haviam feito os governos anteriores — mesmo porque estes empréstimos estavam de difícil acesso com a crise internacional. Com a dificuldade de encontrar internamente outro setor capaz de fornecer a vultosa soma de recursos exi-

gidos, a solução foi buscada dentro do próprio setor cafeeiro, criando-se impostos que iriam suprir, pelo menos parcialmente, os recursos necessários.¹ Em fevereiro de 1931, o Governo Federal comprava parte do café estocado e o retirava temporariamente do mercado, tendo o Estado de São Paulo contribuído com uma parcela do pagamento. Em seguida, determinou o pagamento do imposto de 20%, em espécie, sobre todo café exportado. Pensando em uma política de prazo mais longo de adequação de oferta à demanda, criou outro imposto de um mil réis por cada novo cafeeiro plantado.

Em abril de 1931, calcula-se que somente em São Paulo, sem incluir outros estados produtores, havia 18 milhões de sacas de café, e a safra de 1931/32 era estimada em 17,5 milhões de sacas. O excesso de oferta sobre a demanda alcança 26 milhões de sacas, já que as exportações estimadas giravam em torno de 9,5 milhões (Villela & Suzigan, 1973, p. 92). Os estados cafeeiros estabeleceram, nesta época, acordo pelo qual se criava imposto de 10 "shillings", pagos em moeda estrangeira, por saca de café exportado, o qual deveria formar um fundo para pagar pelo menos parte da produção não vendida. Já em maio do mesmo ano, o Governo Federal criou o Conselho Nacional do Café, o qual, entre outras tarefas, deveria administrar tal imposto, as vendas dos cafés estocados e o programa de ajuda ao setor cafeeiro. A intervenção federal foi aumentando gradualmente, até que, em fevereiro de 1933, o Conselho foi substituído pelo Departamento Nacional do Café. Segundo Villela e Suzigan, este "(...) ficou inteiramente sob o controle do Governo Federal, ao contrário do Conselho, que era controlado por delegados dos Estados. Seus diretores eram escolhidos pelo Ministro da Fazenda" (Villela & Suzigan, 1973, p. 196).

A intervenção federal na política cafeeira foi, pela relevância do produto, aspecto essencial da centralização econômica governamental a partir de 1930. Seria obstáculo de difícil superação pelo Governo, caso pretendesse tornar possíveis medidas visando a amenizar ou a solucionar a crise, não ter o pleno controle sobre a política econômica voltada ao café. Só uma vez esta centralizada em suas mãos teria sentido a adoção de medidas em outras áreas e o uso de instrumentos (cambiais, fiscais, monetários) capazes de direcionar a economia nacional (ou, se se quiser, simplesmente de agir com eficácia de forma anticíclica).

Quais as razões dessa crise para Vargas? Duas causas eram frequentemente apontadas: a política de Governo anterior e a crise internacional. Esta última era entendida como de superprodução — uma nova crise desse tipo —, uma vez que, quando parlamentar, já assim havia interpretado a crise internacional do início do século, considerada como antecessora lógica da Primeira Guerra Mundial, a qual levava as potências a lutarem para ampliar mercados. Com estas palavras, Vargas, a 23 de janeiro de 1931, em discurso pronunciado em Belo Horizonte, expunha as razões originárias da crise:

¹ Segundo Fishlow (1978, p. 29), não houve apenas transferência de recursos dentro do setor cafeeiro, já que o Governo, ao estabelecer imposto de exportação, faria recair também sobre o comprador estrangeiro parte do financiamento do programa de ajuda ao café.

“A nossa época marca, na história do mundo, grave momento de sérias transformações sociais: a guerra que abalou o Ocidente exigiu dos povos hercúleo esforço de ação e de trabalho e, feita a paz, legou à humanidade métodos novos de industrialização de todas as culturas, dando às indústrias, pelo império da máquina, capacidade para produzir jamais atingida” (Vargas, 1938, v.1, p. 97-8).

Em outras palavras, Getúlio dá a entender que a Primeira Guerra exigiria das nações ocidentais um esforço de reconstrução e de aumento de produtividade, de tal modo que a capacidade produtiva ampliou-se enormemente. O principal problema econômico passava a ser, portanto, encontrar mercado capaz de absorver essa produção. Continuando o raciocínio anterior, Vargas concluiu:

“Daí proveio a superprodução, fenômeno causador da crise atual. Hoje, intensificar e ampliar a produção é problema facilmente solúvel, dependendo, apenas, de capital, atividade e competência técnica; mas o corolário correlato, difícil de resolver, é a conquista de mercados, e, para realizá-la, degladiam-se todas as nações civilizadas” (Vargas, 1938, v.1, p. 97-8).

Esse posicionamento de Vargas casa perfeitamente bem com as críticas ao “laissez-faire” que, de certo modo, sempre estiveram nele presentes, mesmo antes de assumir a Presidência da República. Sua postura, em linhas gerais, lembra o diagnóstico keynesiano da crise (em contraposição, pelo menos, aos “clássicos”), estando inclusive mais próximo de Malthus que, já no início do século XIX, levantara a possibilidade de crises capitalistas devido à enorme expansão da produtividade frente aos limites do mercado.² Getúlio, em outro discurso, diria que a superprodução era “proveniente do tailorismo, da racionalização e do aperfeiçoamento técnico das indústria” (Vargas, 1938, v.1, p. 146). Com isso, passava a haver disparidade entre oferta e demanda, enquanto esta era entendida como basicamente de consumo (neste ponto afastando-se de Keynes e ficando mais próximo do subconsumismo malthusiano).

“No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior à capacidade das indústrias, quando a produção deveria limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Esta diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção para ampliar-se, levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades.

² Malthus (1983, p. 72) não só atribuiu ao aumento da capacidade produtiva “vis-à-vis” ao da demanda a causa das crises de superprodução, mas também à tendência à poupança (“preferência pela indolência”). Os argumentos, de qualquer modo, foram encadeados de tal forma que a insuficiência de consumo passou a ser a principal razão das crises.

Nesse sentido, difere frontalmente de Keynes, cuja teoria de insuficiência de demanda efetiva está associada fundamentalmente à demanda de investimento, tendo, inclusive, rejeitado explicitamente o subconsumismo (Keynes, 1982, cap. 23; 1937).

“Como efeito inevitável, manifesta-se o descompasso da vida econômica, evidenciando que o seu mecanismo não foi organizado previamente, uma vez que permite aos detentores das forças que o impulsionam movimentá-lo ao sabor de seus interesses” (Vargas, 1938, v.1, p. 117).

Este último parágrafo de certo modo causa surpresa, seja por seu tom incisivo, seja pelo que sugere. O diagnóstico anteriormente elaborado teria um efeito inevitável: o “descompasso na vida econômica”. Isso porque o sistema capitalista está assentado, em última instância, em decisões privadas, não havendo nenhum mecanismo “organizado previamente” que o torne harmônico. Falta-lhe, pois, planejamento, e não se deve esquecer que esta palavra, não fortuitamente ausente no discurso, era, na época, associada ao comunismo soviético (a despeito de também estar presente, noutros moldes, na Itália fascista). Vargas dá a entender que um sistema apoiado em decisões individuais baseadas no lucro é, por sua natureza, anárquico, ou seja, sujeito a crises periódicas: “Com grave erro, a sociedade moderna ainda assenta a sua economia sobre o lucro individual, concedendo ampla liberdade na escolha dos meios para sua consecução” (Vargas, 1938, v.1, p. 117).

Essa interpretação da crise por parte de Getúlio permitiria que, no prosseguimento do discurso, houvesse forte apelo à centralização econômica na esfera federal. O principal produto brasileiro de exportação era o que mais sentia os reflexos negativos da situação internacional e, coincidentemente, vinculava-se a ele o principal adversário político do novo regime: a oligarquia paulista. A 23 de novembro de 1934, em discurso que lembrava a “obra econômica da Revolução”, em Porto Alegre, assim se pronunciava:

“Para se verificar o efeito das medidas adotadas pelo Governo Provisório em favor da economia, basta computar os dados de 1930 com os atuais. A depressão universal iniciada em 1929, refletia-se, ameaçadoramente, sobre o café. Enfrentando sem temor a herança que nos transmitira o último Governo, os dirigentes revolucionários combateram, de face, os resultados desastrosos dos ‘stocks’ acumulados, da superprodução, do subconsumo e degradação de preços. Se prosseguisse o ritmo anterior, o Brasil teria, neste ano, como produto das safras de 1930 a 1934, um ‘stock’ de 115 milhões de sacas de café. Pela simples enunciação destes números, poderia avaliar o destino sombrio que aguardava o povo brasileiro” (Vargas, 1938, v.4, p. 29-30).

Não se pode negar que a política econômica governamental tenha beneficiado os produtores de café no início da década de 30, embora se possa considerar que tal política econômica pudesse ficar aquém da desejada pelos produtores. O Ministro da Fazenda, o paulista José Maria Whitacker, procurou defender, dentro do Governo, as reivindicações dos produtores. Combateu, entretanto, a destruição dos estoques excedentes de café; a despeito disso, tal prática foi iniciada em julho de 1931 e estender-se-ia até 1944. De qualquer forma, via-se o Governo Federal diante de um dilema: como impedir que os efeitos da crise chegassem a proporções indesejáveis, sem, todavia, incentivar a ampliação da cultura. O problema posto, portanto,

era como compatibilizar uma política de incentivo (ou de manutenção de pelo menos parte da renda) no curto prazo com uma política de restrições à ampliação no longo prazo. A solução, pelo conjunto de políticas implementadas, foi dada pela conjugação de medidas tradicionais de apoio ao setor (principalmente a desvalorização cambial) com medidas fiscais (como o imposto sobre o cafeeiro plantado). Estas, aliadas à queima do café, evidenciam a mudança da forma com que passou a entender o Estado a problemática do café e da monocultura. Mesmo sem levar em conta, até agora, a atuação estatal com respeito à produção industrial e de outras culturas agrícolas, não resta dúvida de que, somente pelas medidas levadas a efeito na área do café, sua posição apontava, em prazo maior de tempo, para a superação do "exclusivismo" cafeeiro. Os dados da tabela abaixo ilustram o comportamento de algumas variáveis correlatas à cultura cafeeira.

Tabela 1

Área colhida, produção, quantidade exportada e índices de preço médio de exportação de café e índice de preço médio do café tipo santos em Nova York - 1929-45

ANOS	ÁREA COLHIDA (1 000 000 ha)	PRODUÇÃO (1 000 000 sacas de 60 kg)	QUANTIDADE EXPORTADA (1 000 000 sacas de 60 kg)	ÍNDICES DE PREÇOS	
				Médio de Exportação (1) (Cr\$/saca)	Tipo Santos 4, em Nova York (1)
1929	3,7	26,3	14,3	100	100
1930	3,9	27,2	15,3	62	59
1931	3,9	21,7	17,9	68	39
1932	3,5	25,6	11,9	80	48
1933	3,5	29,1	15,5	69	41
1934	3,4	27,5	14,1	78	51
1935	3,4	18,9	15,3	73	40
1936	3,4	26,3	14,2	82	43
1937	3,0	24,3	12,1	93	50
1938	2,5	23,4	17,1	70	35
1939	2,4	19,2	16,5	71	34
1940	2,2	16,7	12,0	69	32
1941	2,3	16,0	11,1	95	51
1942	2,3	13,8	7,3	140	(2)61
1943	2,4	15,3	10,1	145	(2)61
1944	2,4	11,4	13,6	149	(2)61
1945	2,4	13,9	14,1	157	(2)61

FONTE: Baer (1977).

Villela & Suzigan apud Muller (1983, p.225-7).

(1) Base: 1929 = 100. (2) Preço tabelado pelo Governo norte-americano como medida de guerra.

Como se pode observar, a área colhida de café, depois de atingir 3,9 milhões de hectares em 1930-31, reduziu-se gradualmente até chegar a 2,4 milhões de hectares, ou seja, diminuiu na expressiva porcentagem de 38,5%. A produção caiu praticamente pela metade do início dos anos 30 a meados da década de 40. A disparidade entre produção e quantidade exportada ocorreria até 1943, mas o hiato entre elas diminuiu expressivamente após 1938. Esses números sugerem o acerto da política de longo prazo do Governo, ao mesmo tempo que a queda menos acentuada dos preços internos “vis-à-vis” aos internacionais pode ser atribuída à acentuada desvalorização cambial, especialmente no período 1930-39 (54% em 1931 e 108% até 1935 em relação a 1928-29) (Mueller, 1983, p. 224-8 e Suzigan, 1984, p. 137).

Uma vez postas as razões da crise internacional na visão de Getúlio e algumas medidas tomadas especificamente no setor que com ela ficou mais abalado — o cafeeiro —, cabe indagar como ele percebeu a extensão da crise, ou seja, qual o papel por ele atribuído à situação internacional para explicar, ou justificar, a crise interna. Assumindo o Governo em momento de forte depressão econômica externa e interna, a rigor sem precedente, seria lícito supor que pelo menos usasse a situação internacional como empecilho à execução de diversas políticas, ou seja, com ou sem razão passasse a justificar a situação crítica da economia nacional, argumentando que a crise era internacional. O exame cauteloso dos discursos de Vargas de 1930 a 1935, exatamente no momento em que a situação foi mais crítica, não permite a comprovação dessa hipótese. Se, por diversas vezes, mencionou o caráter internacional da crise, nunca chegou a usá-lo como pretexto para a não-execução de algumas medidas “de interesse nacional”, ou para justificar plenamente a crise interna. Em 1933, Vargas disse que a crise interna fora “agravada pela situação econômica mundial” e que não impedira o Governo de suprir o numerário indispensável para a execução de obras no Norte e no Nordeste (o discurso foi pronunciado em Fortaleza por ocasião de uma viagem que Vargas fez por vários estados do Norte e Nordeste) (Vargas, 1938, v.2, p. 166). Ainda em 1933, num dos raros momentos em que afirmou ser a crise reflexo da situação mundial, por ocasião da mensagem lida ao instalar-se a Constituinte, o fez não como forma de justificar os atos levados a efeito (ou não) pela política do Governo em geral, mas exatamente quando tratou da queda das exportações. Nesse mesmo discurso, considerou que

“(. . .) as estatísticas do nosso comércio exterior não nos afiguram, entretanto, respeitadas as necessárias proporções, tão profundas como as ressentidas por outros povos, na Europa e na América, de grande e forte estrutura econômica e de vastos recursos comerciais e financeiros” (Vargas, 1938, v.3, p. 153).

Em certos momentos, chegou, inclusive, a negar a extensão geralmente atribuída à crise, direcionando seu discurso, já em 1935, para a busca de “inimigos internos” e não “extemos”:

“Sofremos uma crise de crescimento, **conjugada** com os efeitos da desorganização da economia mundial. Os malsinadores e negativistas impenitentes não enxergam o fenômeno e descobrem por toda parte pers-

pectivas inquietadoras e possibilidades de desastres iminentes” (Vargas, 1938, v.4, p. 124). (Grifos meus).

Depreende-se, portanto, que, embora Vargas não negligenciasse o caráter internacional da crise, geralmente o deixou restrito aos setores importador e exportador, não o usando, via de regra, como pretexto para justificar os fracassos internos, em busca de sua legitimação ou ampliação de sua base de apoio. O simples fato de não mencionar freqüentemente em seus discursos da época o aspecto internacional da crise vem corroborar essa afirmação. Essa, certamente, é uma das razões que levou alguns estudiosos das relações internacionais do Brasil, no período, a constatarem o desprezo com que Vargas tratava a política externa (pelo menos até às vésperas do Estado Novo, uma vez que, à medida que se aproximava a Segunda Guerra, é inegável sua expressão, principalmente com a barganha feita entre os Estados Unidos e o Eixo para definir o alinhamento do Brasil). Pinski (1969, p. 342), por exemplo, afirmou:

“Nenhuma mudança de monta teve, pois, a nossa política externa no período compreendido entre 30 e 37, já que a atividade dos ministros do Exterior era puramente acadêmica, se tivermos como padrão as modificações radicais que surgiram posteriormente”. Para confirmar tal interpretação, cita-se a seguinte passagem de Afonso Arinos de Melo Franco, sempre presente nos estudos sobre a política externa do período: “Getúlio e seus companheiros gaúchos pouco entendiam de política internacional e pouco se interessavam por ela. Deixavam as mãos livres ao ocupante do Itamarati” (Pinsky, 1969, p. 342).

Embora vá além deste trabalho uma análise mais detalhada da política internacional da época, algumas observações devem ser levantadas com o fito de tornar menos enfáticas as opiniões acima. Se é certo, como afirma Pinsky, que o período de 1930 a 1937 não é tão expressivo para as relações internacionais brasileiras “se tivermos como padrão as modificações radicais que surgiram posteriormente”, por outro lado, não se pode aceitar a total omissão do Governo nessa área. Existe uma grande instância entre eleger um setor como prioritário e abandoná-lo completamente, e o período de 1930 a 1937 começou a apresentar algumas mudanças significativas nas relações internacionais brasileiras, principalmente com relação aos 40 anos de República Velha. Não se trata apenas de lembrar a crise da hegemonia inglesa e a maior aproximação com os Estados Unidos (e, na época, com a Alemanha) que aí se iniciou, mas também a mudança da concepção liberal de comércio internacional dos anos anteriores em favor de outra, que privilegiava acordos bilaterais. Vargas assim se pronunciava sobre essa questão um ano após tomar posse como Chefe do Governo Provisório:

“A política econômica, pela qual o Governo Provisório se vem vivamente interessando, no domínio internacional, traduz-se nos acordos comerciais que, mediante concessões recíprocas, estamos celebrando com outros povos e de que hão de surtir benefícios para os negócios das partes contratantes.

“Esses acordos são a fórmula mais inteligente e apropriada para garantir, entre os povos, neste período de recomposição de forças econômicas, uma reciprocidade oportuna, que prepara o caminho para outra mais segura e mais ampla.

“Por meio de tais instrumentos, duas nações põem, desde logo, em execução, por simples troca de notas, um regime de intercâmbio, que os tratados de comércio só lhe assegurariam após longas negociações e penosos debates nos parlamentos” (Vargas, 1938, v.2, p. 166).

Em 1934, em manifesto à Nação no qual fazia um balanço das realizações governamentais desde que assumira a chefia do Governo, Vargas nomeou nada menos que 30 países com os quais havia feito tratados comerciais.³ Dentro da América do Sul, a política externa assumiu relevância pelo papel desempenhado pelo Brasil nas questões do Grande Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia, e do território de Letícia, entre Peru, Colômbia e Brasil. A maior realização na área internacional, entretanto, seria o tratado de comércio assinado com o Estados Unidos em 1935, o qual estabelecia vantagens a alguns produtos de exportação brasileiros (café, borracha, cacau) em troca de reduções de 20 a 60% na compra de certos artigos industriais norte-americanos, como máquinas, aparelhos e aços. Se esse pode ser considerado como “(. . .) um tratado entre uma nação altamente industrializada que busca maiores mercados para os seus produtos e outra, de tipo ‘tropical’, com produtos de sobremesa para exportação”, não é menos verdade que o Brasil buscava com ele não apenas garantir mercado para seus produtos em época difícil, de superprodução, mas também baratear o preço de bens de capital e insumos básicos, necessários para promover a industrialização. Não pode ser considerado, portanto, um acordo que visava a reproduzir “in totum” a antiga divisão internacional do trabalho. Constitui-se, pois, em mais um exemplo de mudança “apenas na forma” que não pode ser desprezada, seja por suas consequências, seja por revelar, mesmo que em pequenos detalhes, algumas importantes intenções governamentais.

2 — Política econômica: a ortodoxia em questão

Uma vez tratada a percepção de Vargas sobre a crise econômica, cabe retornar à análise sobre as decisões governamentais no âmbito da economia (já em parte consideradas anteriormente no caso específico do café). Neste item serão enfocadas as

³ São eles: Grã-Bretanha, Países Baixos, Estado Livre da Irlanda, Suécia, Alemanha, Suíça, Finlândia, Tcheco-Eslováquia, Itália, Dinamarca, Islândia, Canadá, México, Romênia, Hungria, Noruega, Áustria, Bélgica, Iugoslávia, Polônia, Índia, Letônia, Estônia, Estados do Levante sob o comando francês, Uruguai, Portugal, Argentina, Grécia e Turquia (Vargas, 1938, v. 3, p. 216-7).

políticas monetária, fiscal e cambial. A questão central a que nos propomos referir-se à correspondência entre o processo da revolução burguesa e o uso de tais instrumentos de política econômica por parte do Governo entre outubro de 1930 e o golpe do Estado Novo (novembro de 1937), ou seja, se no conjunto de medidas implementadas pelo Governo neste âmbito pode-se detectar a busca, ou o sentido, da consolidação do capitalismo no Brasil. Neste ponto da análise, tanto interessa desvendar as intenções do Governo — e de Vargas em particular —, como constatar o resultado das decisões tomadas.

Que significa, no âmbito das políticas monetária, cambial e fiscal, nesse contexto histórico específico, decisões que tenham o sentido anteriormente apontado? A resposta a esta pergunta força indagar se houve ou não rompimento com a política econômica do período precedente, isto é, se essas permitem que se constate que as decisões do Governo diante da crise se deram não na direção de reproduzir o modelo agroexportador, mas de superá-lo. Indaga-se, com isso, se outros projetos estavam sendo encaminhados, “*verbi gratia*”, com base na industrialização ou ainda na diversificação agrícola, exportadora ou para o mercado interno. Enfim, pelas políticas monetária, cambial e fiscal pode-se detectar elementos que confirmem que 1930 foi um ponto de inflexão na revolução burguesa brasileira?

A literatura a respeito da política econômica dos anos 30 não é consensual nesse aspecto, e exatamente o que é polêmico e o que divide os autores é a questão da continuidade ou ruptura com relação à política econômica dos anos precedentes. Entre as análises que enfocam a mudança da política econômica, destaca-se a clássica interpretação de Celso Furtado (Furtado, 1977, p. 31-3). Segundo ele, as medidas governamentais foram nitidamente anticíclicas, e seu ponto de partida foi a ação do Governo no campo específico do café. Assim, ao comprar o excesso de produção, o Governo agiu de forma a garantir que a renda nominal não caísse tanto quanto a redução dos preços do café o faria. Ao invés de executar uma política clássica de austeridade, o Governo teria expandido o crédito para financiar seu programa de sustentação. Ao fazer isso, contrabalançava, pela injeção de dinheiro na economia, a queda dos gastos de investimento, mantendo em nível mais elevado a demanda nas atividades dependentes (mesmo que indiretamente) do complexo cafeeiro. Uma vez demonstrada a utilização e a eficácia da política monetária para contrarrestar a crise interna, Furtado preocupou-se com os ajustes no setor externo. De fato, o financiamento do setor cafeeiro, através da expansão do crédito e não por empréstimos externos, propenderia a agravar o desequilíbrio da balança de pagamentos, já que as importações tenderiam a se manter (ou a se elevar) com a manutenção da renda nominal interna, enquanto as exportações eram contraídas. O problema daí decorrente era, pois, o financiamento das importações. A política adotada pelo Governo foi a de desvalorização cambial, alterando os preços relativos entre bens importados e produzidos internamente. Essa alteração de preços relativos, aliada à existência de uma massa de dinheiro que ficaria à disposição dos investidores e consumidores locais por não ser gasta em importações, ensinaria o processo de substituição de importações. Para a configuração desse processo foi fundamental a existência de capacidade ociosa na indústria, o que permitiu à expansão da produção acompanhar o cresci-

mento da demanda mesmo com queda da capacidade de importar, pelo menos nos primeiros anos da década de 1930, quando essa se fez sentir com maior intensidade.

As conclusões de Furtado são claras: os instrumentos de política econômica usados pelo Governo contribuíram significativamente para ocasionar mudanças de porte na “estrutura do sistema econômico”, deslocando o “centro dinâmico” da economia brasileira (Furtado, 1977, p. 195 e 203). Inaugurava-se, assim, uma nova fase:

“Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em conseqüência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital” (Furtado, 1977, p. 197).

Tal como Furtado, outros autores procuraram evidenciar as mudanças advindas na economia a partir de 1930, destacando as políticas monetárias, fiscal e cambial como importantes para a consecução de tais mudanças. Maria da Conceição Tavares atribuiu o desenvolvimento via substituições de importações “a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento externo”, assinalando que, através destes, a economia foi-se tornando “quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência” (Tavares, 1972, p. 41). Em sua análise, considerou que “o modelo tradicional exportador entrou em crise definitiva depois da grande depressão da década dos trinta” (Tavares, 1972, p. 59). Conceição procurou demonstrar que condições estruturais prévias possuía o Brasil, frente a outros países da América Latina, para responder “positivamente” à crise. Junto a essas, não obstante, destacou a política econômica governamental, cujas linhas mestras se orientaram “(. . .) quase exclusivamente no sentido da resultante história do processo, tanto do ponto de vista da sua natureza intrinsecamente industrial quanto do ponto de vista da sua concentração espacial” (Tavares, 1972, p. 61).

Nessa mesma linha, que frisa o caráter de descontinuidade com relação ao período precedente, encontram-se ainda Paul Singer, Francisco de Oliveira, Liana Aureliano, Sonia Draibe, Antônio Castro, João Manuel Cardoso de Mello e Eli Diniz, entre outros.⁴ Todos, em certo sentido, buscaram inspiração nas análises de Furtado, embora se constate que Singer, Aureliano e Cardoso de Mello preferam o ano de 1933 a 1930 como marco da mudança do padrão de acumulação da economia. Procurando entender este através do esquema marxista de dois departamentos em que o capital constante e o capital variável se reproduzem conjuntamente, Cardoso de

⁴ Ver Singer (1984, p. 216-24), Aureliano (1981, p. 91-7), Draibe (1980, p. 59-90), Castro (1971, p. 92-100), Mello (1982, p. 109-17) e Diniz (1978, p. 65-8).

Mello acentuou que, a partir de 1933, se inaugurou nova etapa, denominada por ele de industrialização restringida: industrialização,

“(. . .) porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constantes industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial” (Mello, 1982, p. 110).

Outra é, entretanto, a interpretação de Peláez (1971). Procurando contestar Celso Furtado e as teses cepalinas, Peláez ressaltou a importância da indústria antes de 1930, especialmente o crescimento industrial antes da Primeira Guerra Mundial, em detrimento das análises que afirmavam ser nos períodos de crise do modelo agroexportador, como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, que o processo de substituição teria tido maior intensidade. A análise de Peláez é, dessa forma, construída de modo a criticar a teoria dos “choques adversos”, evidenciando, ao contrário, a complementaridade entre expansão cafeeira e crescimento industrial. Sua ótica sugere a existência de crescimento equilibrado e, a despeito de ser passível de crítica dado o caráter cíclico e instável (e até explosivo, como mostrou a Grande Depressão) da cultura cafeeira, apontou para uma lacuna realmente deixada por Furtado: a existência de indústrias de relativo significado no Brasil antes de 1930.

Quanto à política econômica da década de 1930, considerou Peláez que a ortodoxia monetária foi mantida no período, a exemplo da República Velha. Seu argumento converge para a existência da continuidade, o que o levou a negligenciar o caráter de ruptura e — talvez o que mais lhe fosse significativo — a criticar a artificialidade da periodização cepalina de “etapa agroexportadora” em contraposição à de “substituição de importações”. Assim, a substituição de importações iniciara e fora fundamental antes de 1930, ao mesmo tempo que, após esse marco, as preocupações governamentais continuaram as mesmas, quais sejam, a defesa do café, a política de austeridade, a manipulação da taxa cambial e a preocupação com o equilíbrio orçamentário e da balança de pagamentos. A intransigente postura das autoridades governamentais na defesa destes últimos foi um dos argumentos básicos para mostrar o conservadorismo do Governo com relação às políticas monetária, fiscal e cambial. Sua conclusão foi, portanto, oposta a de Furtado, que chegara a dizer que estas visavam a manter os níveis de renda e de demanda, de “tipo keynesiano”. Aliás, segundo Furtado,

“(. . .) a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão caracteriza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (Furtado, 1977, p. 192).

Segundo Peláez, ainda, Celso Furtado errou ao afirmar que fora pela expansão do crédito que o Governo financiara o programa de sustentação do café. Com isso desconsiderou a importância da política cafeeira para a manutenção do nível nominal da renda, ao menos nas dimensões que Furtado havia defendido. Fora principalmente através da série de novos tributos ao café, e não pelo crédito, que o Governo desenvolvera sua política. Fishlow, posteriormente, embora tenha aceito parte das críticas de Peláez a Furtado, diria que tal política de sustentação fora possível devido à inelasticidade da demanda de café no mercado internacional, a qual permitiu que parte significativa dessas novas taxas tenha sido repassada aos consumidores estrangeiros (Fishlow, 1978, p. 29).⁵

Em linha semelhante à de Peláez, Villela e Suzigan também destacaram os elementos de continuidade. Fazendo um balanço da política econômica implementada entre 1889 e 1945, concluíram que ela “foi sempre pautada por uma linha tradicional: equilíbrio orçamentário, estabilidade monetária e valorização cambial” (Villela & Suzigan, 1973, p. 55). Consideraram, ainda, os objetivos contencionistas das autoridades, assinalando que em plena depressão, em 1930, o Banco do Brasil “advogava o retorno à filosofia de deflação praticada no início do século” (Villela & Suzigan, 1973, p. 182). O Governo, dessa forma, ao acreditar que o combate à inflação e ao déficit orçamentário eram medidas aconselháveis para sair da crise, teria a intenção clara de solucioná-la via austeridade e não por meio de políticas de “tipo keynesiano”.

A análise de Villela e Suzigan, de qualquer forma, não é tão enfática quanto a de Peláez no que tange à questão de “permanência ou ruptura”. A despeito de, com razão, enfatizar o crescimento industrial antes de 1930, afirmou que, a partir de 1934, houve “forte expansão da atividade industrial”, ao mesmo tempo que foi “realmente intenso o ritmo do desenvolvimento industrial a partir da Grande Depressão” (Villela & Suzigan, 1973, p. 187). Quanto às políticas monetárias, cambial e fiscal, conclui-se que, “se não restringiram, pelo menos não facilitaram o crescimento e diversificação da atividade econômica até 1945” (Villela & Suzigan, 1973, p. 57). A análise de Villela e Suzigan é bastante rica, por outro lado, ao contrapor as propostas governamentais, marcadas pelo contencionismo, com as medidas efetivamente tomadas, nem sempre iguais às planejadas. É o caso, por exemplo, do orçamento previsto “vis-à-vis” à execução orçamentária durante a crise, como mostra a tabela a seguir.

⁵ Veja também a síntese deste debate em: Diniz (1978, p. 50-68) e Suzigan (1984, p. 132-43).

Tabela 2

Orçamento e execução orçamentária no Brasil – 1930-37

(Cr\$ 1 000 correntes)

ANOS	ORÇAMENTO			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
	Receita	Despesa	Saldo	Receita	Despesa	Saldo
1930	2 365	3 020	-655	1 674	2 510	-836
1931	2 670	2 452	218	1 752	2 046	-294
1932	2 242	2 217	25	1 695	2 859	-1 164
1933	2 125	2 101	24	2 096	2 392	-296
1934	2 086	2 355	-269	2 518	3 050	-536
1935	2 169	2 691	-522	2 723	2 872	-149
1936	2 537	2 893	-356	3 127	3 226	-99
1937	3 218	3 726	-508	3 462	4 143	-681

FONTE: FGV/IBRE. Centro de Estudos Fiscais.

Obs.: Tabela obtida na obra de Villela & Suzigan (1973, p. 185).

Como ilustra a tabela, os orçamentos de 1931 a 1933 previam saldos positivos; entretanto as receitas governamentais ficaram até este último ano aquém das previstas, enquanto a partir de 1932 as despesas foram superiores às esperadas. O déficit verificado em 1932, considerado por Villela e Suzigan como o maior da história republicana, em termos nominais, até aquela data foi justificado pelos autores como decorrente da revolução paulista e da forte seca no Nordeste naquele ano (Villela & Suzigan, 1973, p. 185). Estas são, aliás, as mesmas razões apontadas por Vargas na mensagem enviada à Constituinte, em 15 de novembro de 1933:

“Não surgissem os dois poderosos atores de perturbação acima indicados – a seca do Nordeste e a rebelião de São Paulo – e, como resultante, a queda das rendas públicas e, por certo, o ano de 1932 teria sido o da iniciação da política financeira de saldos efetivos e o do restabelecimento da prosperidade da Nação” (Vargas, 1938, v. 3, p. 49).

Como se vê, a prosperidade voltaria com a volta dos superávits. . .

As declarações das autoridades afirmando a necessidade de conter o déficit orçamentário – presentes no trabalho de Villela e Suzigan através de pronunciamento do então Presidente do Banco do Brasil, Souza Costa, em 1933 – aparecem, da mesma forma, em vários discursos de Vargas ao longo dos anos da Depressão (Ville-

la & Suzigan, 1973, p. 186).⁶ A 3 de outubro de 1931, fazendo um balanço das realizações do Governo Provisório, afirmou Vargas:

“A orientação que adotamos, ditada pelo bom senso, aconselhada pela experiência, tanto nossa como de outras nações e, ainda, pelo ensinamento dos mestres, não há de falhar nos seus resultados. Cortar despesas, equilibrar orçamentos, estimular as fontes produtoras, diminuir a importação e aumentar a exportação — julgamos ser medidas elementares de política econômica de benefício certo e insofismável” (Vargas, 1938, v.1, p. 252).

Se pode causar espanto tal pronunciamento por parte de alguém que atribuía as razões da crise ao subconsumo e à falta de mercados, na verdade isso não impediu que as duas coisas convivessem no mesmo discurso. A austeridade era arma ideológica do Governo para combater os anteriores, da República Velha, e a concepção de que a crise fora herdada se entrosava perfeitamente bem com as propostas saneadoras. Em discurso pronunciado em 1932, exatamente no item denominado “A Herança Recebida” diria Vargas:

“Impunha-se-nos, de início, ordenar a vida administrativa e propugnar o saneamento moral e material do país, pela adoção de medidas de efeito rápido e certo, com poder bastante para modificar costumes, métodos e processos prejudiciais. Cumpria-nos reduzir despesas, coibir abusos, reformar serviços dispendiosos e sem eficiência, equilibrar orçamentos, suprimir déficits e, sobretudo, simplificar, melhorando, a antiquada e ronqueira máquina administrativa” (Vargas, 1938, v.2, p. 37).

Da mesma forma que afirmava a necessidade do equilíbrio orçamentário, Vargas precisava, à medida que passavam os anos, justificar por que tal equilíbrio não ia sendo alcançado. Assim, seguiram-se inumeráveis argumentos: desde a seca do Nordeste e a rebelião de 1932 já mencionadas, até a desorganização das finanças do Governo anterior, os levantes comunistas de 1935 e a necessidade de fortalecer o aparato de segurança; às vezes, simplesmente negava a existência de déficits. Mesmo em 1931 diria que “(...) se alcançara, afinal, o equilíbrio orçamentário, equilíbrio, aliás, que se vem mantendo honestamente, conforme demonstram os balancetes mensais publicados” (Vargas, 1938, v.1, p. 179).

Não há como negar, portanto, as intenções de contencionismo do Governo como adequadas para combater a crise. Do lado da política monetária, suas ações deram-se no sentido de restringir os meios de pagamento; em 1931, a crise do comércio exterior aprofundou-se, tendo em agosto sido suspensa parte dos pagamentos e começado a negociação para um acordo de consolidação da dívida externa. No

⁶ Peláez, em seus trabalhos, também recorre, por diversas vezes, ao pronunciamento das autoridades governamentais para evidenciar o caráter ortodoxo da política econômica de 1930 a 1937.

mês seguinte, foi introduzido o controle de câmbio, ficando o Banco do Brasil com seu monopólio e estabelecendo prioridades para a compra de cambiais. Como afirmam Villela e Suzigan, o Governo pretendia fazer uma política oposta da anticíclica: “Não fosse a ocorrência de eventos inesperados que fizeram aumentar grandemente a despesa do Governo em 1932, talvez os efeitos da Grande Depressão tivessem sido mais profundos no Brasil”, assinalam os autores (Villela & Suzigan, 1973, p. 47). Em 1931, coerente com sua postura de controlar o déficit, os investimentos governamentais foram cortados em uma proporção que equivaleu a 58% do total de 1930 (Villela & Suzigan, 1973, p. 47). Vargas chegou a mencionar como preocupação de Governo o combate à inflação (em suas palavras, ao custo de vida), numa época sabidamente de queda de preços (Vargas, 1938, v.3, p. 49). Entretanto, a partir de 1933, houve crescimento progressivo dos meios de pagamento, tendo seu volume, em 1939, alcançado o dobro do existente em 1929, segundo cálculos de Silber (1978, p. 197).

Há que se considerar, nesse sentido, a relativa disparidade entre o discurso de Vargas, marcado pela austeridade e pela ortodoxia em matéria financeira, com a política econômica efetivamente realizada. A falta de consenso entre os autores em torno da política econômica do período pode ser atribuída, pelo menos em parte, ao fato de alguns terem-se fixado mais nas propostas e intenções, enquanto outros se centraram nos dados obtidos “ex-post” das variáveis econômicas. S. Silber, assim, aproxima-se deste último caso (a exemplo de Celso Furtado). Afirma ele que não se pode “atribuir ao comportamento do governo durante este período o rótulo de ‘ortodoxo’, pois os dados indicam que sua participação foi no sentido de favorecer a expansão do nível de renda” (Silber, 1978, p. 199). Para tanto, evidencia a política monetária expansionista, com a duplicação dos meios de pagamento, na década de 30, antes mencionada; a desvalorização progressiva da taxa cambial, que teria efeito positivo tanto no setor cafeeicultor como no industrial; o aumento dos gastos governamentais, que caracterizaria uma política fiscal não ortodoxa. E afirma:

“Pode-se observar que, com o início da crise, aumenta significativamente a participação do governo no PNB: de 15,0% em 1929 para 21,0% em 1932. Entre 1933 e 1935, essa participação se situa em torno de 20%; entre 1936 e 1937, cai para 16,8% para depois recuar e atingir 19,2% em 1939” (Silber, 1978, p. 199).

Estes dados mostram que as intenções de corte de gastos correntes nos vários discursos de Vargas, ao longo do período, não se concretizaram (pelo menos enquanto parcela do PNB), mas de forma alguma provam a hipótese de a política fiscal ser expansionista. O pico foi atingido em 1932, pelas razões já apontadas e a contragosto das autoridades governamentais; a partir daí houve queda do quociente gastos do Governo/PNB, depois tendendo à estabilidade e sem nunca voltar à taxa encontrada naquele ano.

Poder-se-ia chamar essa política de expansionista e anticíclica? Certamente não. O que fica mais evidente, não obstante, é o Governo não ter alcançado seu objetivo de corte de gastos: estes, ao longo dos anos 30, sempre estiveram abaixo, en-

quanto parcela do PNB, do resultado obtido em 1932, mas pouco acima da porcentagem encontrada em 1929. Logo, nem cresceram progressivamente, a fim de contrarrestar o ciclo, nem caíram nas proporções almejadas.

Caberia mencionar, finalmente, que em se ficando adstrito ao âmbito dos instrumentos de política econômica aqui considerados não há o que permita concluir ter estado o Governo empenhado na implementação de uma política de demanda efetiva “tipo keynesiano” ou pró-industrializante. A hipótese mais correta, nesse sentido é que, tal qual na República Velha, o crescimento industrial tenha se dado e sido intenso num contexto de políticas monetárias e fiscais não propriamente executadas com o fito de proteger a indústria. São os casos da expansão monetária, apontada por Silber, e da depreciação da taxa cambial e mudança nos preços relativos indicados por Furtado; e, ainda, da intervenção do Governo na política de comércio exterior, controlando o mercado cambial e as importações, e da política tarifária, com taxas nominais crescentes nos quatro primeiros anos da década de 1930 (Suzigan, 1984, p. 141-2). Estas duas últimas repercutiram favoravelmente no crescimento industrial, mas as principais razões que as justificaram foram a escassez de divisas e a queda das receitas governamentais, estas ainda bastante dependentes das importações. A conclusão mais pertinente não é, portanto, apenas considerar que as políticas monetária, cambial e fiscal se não ajudaram, pelo menos não obstaram a industrialização. Mesmo que se tenha presente a observação de Suzigan (Suzigan, 1984, p. 143) de que ainda se fazem necessários mais trabalhos empíricos sobre o período, a fim de se ter resposta definitiva, com cautela pode-se afirmar que esse conjunto de medidas acabou favorecendo o crescimento da renda e da expansão industrial: talvez não tanto se uma política realmente anticíclica deliberada tivesse sido implementada, mas também não em níveis tais que chegassem a obstar o crescimento, caso as intenções ortodoxas do discurso de Vargas tivessem sido postas em prática.

Cometeriam exagero, então, os autores antes mencionados ao destacarem os anos 30 como marco na história do capitalismo e da industrialização brasileiros, como ponto a ser considerado em qualquer periodização? A resposta é negativa. Se às políticas monetária, cambial e fiscal não coube a relevância requerida pelos analistas mais exigentes, deve-se ter presente que a política econômica não se restringe a elas; a despeito de sua importância não resta dúvida de que a ação governamental é mais abrangente. Nos anos 30, para buscarmos o sentido da atuação do Governo e do conjunto de transformações propiciadas ou não por suas ações, a análise deve-se estender a questões de maior alcance, inclusive no plano institucional, tanto no que diz respeito ao reordenamento das diversas frações do capital (conflitos capital nacional “versus” estrangeiro, indústria “versus” agricultura) como do capital com relação ao trabalho (“questão social”). Embora essas questões não sejam desvinculadas daquelas, analisá-las detalhadamente é uma exigência posta aos interessados em desvendar a política econômica dos anos 30 e em captar seu sentido dentro do processo histórico de formação e consolidação do capitalismo no Brasil.

Bibliografia

- AURELIANO, Liana M. (1981). **No limiar da industrialização**. São Paulo, Brasiliense.
- CASTRO, Antonio Barros de (1971). **7 ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense.
- DINIZ, Eli (1978). **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DRAIBE, Sonia Mirian (1980). **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960**. São Paulo, USP. (Tese de doutoramento).
- FERNANDES, Florestan (1981). **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar.
- FISHLOW, Albert (1978). **Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil**. In: VERSIANI, Flavio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de, org. **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo, Saraiva.
- FURTADO, Celso (1977). **Formação econômica do Brasil**. 15.ed. São Paulo, Nacional.
- KEYNES, John Maynard (1937). **The general theory of employment**. /s. l., s. ed./.
- . (1978). **Keynes**. São Paulo, Ática.
- . (1982). **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, Atlas.
- MALTHUS, Thomas Robert (1983). **Princípios de economia política**. São Paulo, Abril.
- MELLO, J. M. Cardoso de (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense.
- MUELLER, Charles C. (1983). **Das oligarquias ao predomínio urbano industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- PELÁEZ, Carlos Manuel (1971). **As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889 e 1945**. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, 25(3), jul./set.
- PINSKY, Jaime (1969). **O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945**. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. **Brasil em perspectiva**. 2.ed. São Paulo, Difel.
- SILBER, Simão (1978). **Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929-1939**. In: VERSIANI, Flavio Rabelo & BARROS, Roberto Mendonça de org., **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Saraiva.
- SINGER, Paul (1984). **O Brasil republicano III**. São Paulo, Difel.

- SUZIGAN, Wilson (1984). Notas sobre o desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 4(1):132-43, jan./mar.
- TAVARES, Maria da Conceição (1972). **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar.
- VARGAS, Getúlio (1938). **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio.
- VILLELA, A. & SUZIGAN, W. (1973). **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-45**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.